



# Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

## ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ÉTICA

Neste dia de hoje, 28 de novembro de 2019, às 10h, na Sala de Reuniões anexa ao Plenário da Câmara Municipal de Jataí-GO, estiveram presentes os Vereadores integrantes do Conselho de Ética, Vereador Pastor Luiz Carlos, Presidente; Vereadora Cida, Relatora; Vereador Adilson Carvalho, membro; e o Procurador da Câmara Municipal, Leonardo Amaral.

A reunião extraordinária ocorreu na forma do §8º do art. 13 do Código de Ética, e teve por finalidade avaliar o **REQUERIMENTO 38/2019**, de autoria do Vereador Marcos Antônio, no **Processo Ético Disciplinar 002/2019**, tendo sido encaminhada previamente cópia a todos os integrantes, que pede a nulidade do Relatório Final aprovado em reunião no dia de ontem, 27 de novembro de 2019.

Aberta a reunião, fora anunciado a todos os presentes pelo Presidente do Conselho o motivo da reunião e, ato contínuo fora indagado aos integrantes se o requerimento de anulação deveria ser atendido. Nesse momento, antes da manifestação dos Vereadores integrantes, o Procurador Jurídico emitiu parecer jurídico verbal no sentido de que o requerimento deveria ser acatado, sob pena de violação ao contraditório e ampla defesa. Em seguida, a Relatora manifestou o seu voto no sentido de anular a votação do relatório final e solicitou prazo para reapresentar novo relatório final, levando em consideração as alegações finais e documentos apresentados pelo Representado; ato contínuo, o Vereador Adilson Carvalho proferiu voto pela anulação do relatório final aprovado. Assim, tendo sido o requerimento aprovado pelo Conselho de Ética, o Relatório Final aprovado no dia 27/11/2019 fora anulado, tendo sido suspensa a Reunião Extraordinária, às 10h15min, para que a Relatora pudesse avaliar a possibilidade de apresentar novo relatório e em qual prazo. Retornando a reunião, às 11h30 min, fora apresentado novo relatório final, o qual foi lido nesta Reunião, tendo sido destacado pela Relatora que as alegações finais veicularam meras repetições dos argumentos de defesa inseridos em defesas pretéritas de autoria do Representado e, ainda, que os documentos apresentados não são hábeis a provar a não ocorrência dos fatos violadores da ética e decoro imputados ao mesmo. Após a leitura do Relatório Final, fora colocado em apreciação a aprovação do mesmo, na forma do Código de Ética, tendo sido aprovado de forma unânime por seus integrantes. Assim, ficou decidido pelo Conselho de Ética que o Vereador Representado, na forma do Processo Ético-disciplinar n. 002/2019, cometeu ato que configura quebra de decoro e a sanção de perda de mandato deve ser aplicada ao presente caso.